

UNILEÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

SHELDA MARIA DE OLIVEIRA ALENCAR

**UMA ANÁLISE ACERCA DO PAPEL DA EDUCAÇÃO INFANTIL COMO
INSTRUMENTO INIBIDOR DAS PRÁTICAS DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO**

JUAZEIRO DO NORTE-CE
2023

Shelda Maria de Oliveira Alencar

**UMA ANÁLISE ACERCA DO PAPEL DA EDUCAÇÃO INFANTIL COMO
INSTRUMENTO INIBIDOR DAS PRÁTICAS DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO**

Trabalho de Conclusão de Curso – *Artigo Científico*,
apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Direito
do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio, em cumprimento
às exigências para a obtenção do grau de Bacharel.

Orientadora: Alyne Andrelyna Lima Rocha Calou

JUAZEIRO DO NORTE-CE

2023

SHELDA MARIA DE OLIVEIRA ALENCAR

**UMA ANÁLISE ACERCA DO PAPEL DA EDUCAÇÃO INFANTIL COMO
INSTRUMENTO INIBIDOR DAS PRÁTICAS DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO**

Este exemplar corresponde à redação final aprovada do
Trabalho de Conclusão de Curso de SHELDA MARIA DE
OLIVEIRA ALENCAR.

Data da Apresentação ____/____/2023

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: ESP. ALYNE ANDRELYNA LIMA ROCHA CALOU/ UNILEÃO

Membro: (TITULAÇÃO E NOME COMPLETO/ SIGLA DA INSTITUIÇÃO)

Membro: (TITULAÇÃO E NOME COMPLETO/ SIGLA DA INSTITUIÇÃO)

JUAZEIRO DO NORTE-CE

2023

UMA ANÁLISE ACERCA DO PAPEL DA EDUCAÇÃO INFANTIL COMO INSTRUMENTO INIBIDOR DAS PRÁTICAS DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Shelda Maria de Oliveira Alencar¹
Alyne Andrelyna Lima Rocha Calou²

RESUMO

A presente pesquisa buscou inferir a relação entre a real estrutura da educação infantil e os seus reflexos advindos da naturalização da violência patriarcal na ineficiência dos dispositivos jurídicos que detenham a finalidade de proteger mulheres em situação de violência. Assim, teve como objetivo geral avaliar a percepção popular acerca da educação infantil sobre igualdade de gênero, e como específicos: a) compreender a violência de gênero como uma construção cultural; b) Analisar a educação como instrumento de combate à violência patriarcal e à violência de gênero; c) analisar o papel da educação infantil no combate à cultura machista. Desenvolveu-se por meio de uma pesquisa de fonte bibliográfica, exploratória e descritiva, qualitativa, com base em dados numéricos, tendo como instrumento pesquisa de opinião. Pôde-se aferir, por conseguinte, que o sexismo ainda se mantém presente na educação familiar e escolar reproduzindo uma construção histórico-social dos papéis de homens e mulheres na nossa sociedade e, portanto, a educação infantil bem instruída torna-se um fator importantíssimo combate e prevenção à violência de gênero, posto que as imposições de gênero se evidenciam nos vínculos sociais.

Palavras Chave: Educação infantil sexista. Violência contra a mulher. Violência Patriarcal.

AN ANALYSIS OF THE ROLE OF EARLY CHILDHOOD EDUCATION AS AN INSTRUMENT TO INHIBIT PRACTICES OF GENDER VIOLENCE

The present research sought to infer the relationship between the real structure of early childhood education and its reflexes arising from the naturalization of patriarchal violence in the inefficiency of legal devices that have the purpose of protecting women in situations of violence. Thus, its general objective was to evaluate the popular perception of early childhood education about gender equality, and as specific: a) to understand gender violence as a cultural construction; b) Analyze education as an instrument to combat patriarchal violence and gender violence; c) analyze the role of early childhood education in combating the macho culture. It was developed through a bibliographic, exploratory and descriptive, qualitative research, based on numerical data, using opinion research as an instrument. It was possible to assess, therefore, that sexism is still present in family and school education, reproducing a historical-social construction of the roles of men and women in our society and, therefore, well-instructed early

¹. Graduando do Curso de Direito do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio/Unileão-e.mail do estudante

² Docente do curso de Direito do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio. Especialista em Docência no Ensino Superior pelo Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO, mestranda em ensino em saúde/UNILEÃO. E-mail: alynerocha@leaosampaio.edu.br

childhood education becomes a very important factor in combating and preventing gender violence, since gender impositions are evident in social bonds.

Key words: Sexist early childhood education. Violence against women. Patriarchal Violence.

1 INTRODUÇÃO

Segundo o Atlas da Violência 2022 (IPEA, 2022), no Brasil verifica-se a diminuição da violência urbana, todavia, um aumento na violência doméstica, com registro de 50.056 mortes de mulheres entre os anos de 2009 e 2019, e a estimativa de ocorrência de 822 mil casos de estupro por ano, dos quais 80% têm como vítima mulheres .

Nessa perspectiva, impõe-se destacar o que foi trazido por Callou *et al* (2020), segundo os quais os estudos feministas apontam, em especial, como matriz da violência contra a mulher o patriarcado e a posição simbólica de dominação masculina, dentre outros fatores. Neste sentido, na obra “Calibã e a Bruxa”, a autora Silvia Federici traça uma linha do tempo sobre os avanços e impactos dos costumes e violências patriarcais que foram naturalizadas no decorrer do tempo. Ademais, a autora é muito pontual por demonstrar que todas as formas de violência contra a mulher não só surgem como se fomentam com a força do patriarcalismo que se “maquia” em diversos sentidos atualmente (FEDERICI, 2017).

Diante da análise supracitada é que se pode investigar os reais motivos que impossibilitam a diminuição dos casos de violência contra a mulher. Com isso, apenas observando a real estrutura da educação infantil e os seus reflexos advindos da naturalização da violência patriarcal é que se torna possível compreender a ineficiência dos dispositivos jurídicos que detenham a finalidade de proteger mulheres em situação de violência (HOOKS, 2018). Assim, maneira como as crianças são educadas influenciará significativamente na forma como elas irão enxergar e lidar com o mundo na fase adulta.

A reflexão diante desse trabalho parte de um ponto específico: de que forma a educação infantil sexista imposta na primeira infância interfere no desenvolvimento das crianças e dentro das práticas de violência de gênero? Através disso, traz indagações acerca de onde possivelmente se localizara a raiz desse problema, haja vista que este fator interpassa gerações, ganha força e espaço que se tornam difíceis de serem controlados - até mesmo pela estrutura estatal e pelo ordenamento jurídico. Nessa perspectiva, é possível compreender a educação infantil como o primeiro fator primordial para combater as práticas sexistas - discriminação relacionada a alguém ou grupo pelo gênero manifestada hostilmente ou sutilmente configura sexismo (CARVALHO, 2016).

Deste modo, o presente artigo tem como objetivo geral avaliar a percepção popular acerca da educação infantil sobre igualdade de gênero, e como específicos: a) compreender a violência de gênero como uma construção cultural; b) Analisar a educação como instrumento de combate à violência patriarcal e à violência de gênero; c) analisar o papel da educação infantil no combate à cultura machista.

Para além do debate teórico, a discussão que aqui é abordada rompe diálogos e abre margem para a percepção mais profunda da temática, pois torna o meio acadêmico mais capacitado para lidar com o problema diante da perspectiva educacional, para que seja direcionado o olhar jurídico não somente à tentativa de conter o aumento de violências contra a mulher – que já se mostrou, infelizmente, ineficaz frente a algo que é inegavelmente estrutural – mas sim ao posicionamento de como o meio acadêmico despertará a atuação do Direito frente ao combate da violência patriarcal – o maior precursor a ser combatido.

2 O PATRIARCADO, MACHISMO ESTRUTURAL E A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

A sociedade patriarcal mostrou-se presente no decorrer da história do Brasil, desde a divisão dos territórios brasileiros em capitanias hereditárias, marcadas pelo controle de Portugal em 1530, sob o reinado de João III, apesar da ausência de êxito no plano inicial que envolvia as propriedades privadas - com exceção das capitanias de Pernambuco e São Vicente, pois se mantiveram diante do cultivo da cana de açúcar, quando então, a princípio, nesse contexto social se revela a dominação e o poder do homem na sociedade brasileira através das demarcações dos espaços territoriais (MORAES, 2000).

O patriarcado se solidifica ainda mais com as chamadas teorias da criação. No Brasil, apesar das variadas religiosidades, as correntes criacionistas – que possuem um maior número de seguidores - trouxe como figura central um Deus homem. Com base nisso, o criacionismo judaico-cristão explica a criação e a ideia de que o homem é o “dono da terra” e que a mulher surge para corresponder-lhe e trazer-lhe o auxílio. É o que pode se depreender das passagens em Gênesis, II, 7 “ [...] Então o Senhor Deus formou o homem do pó da terra e soprou em suas narinas o fôlego de vida, e o homem se tornou um ser vivente. [...]” (BÍBLIA, 2000); bem como em gênesis, capítulo II, versículo 18, quando diz “[...] Então o Senhor Deus declarou: "Não é bom que o homem esteja só; farei para ele alguém que o auxilie e lhe corresponda" [...]” (BÍBLIA, 2000).

No entanto, assim como o patriarcado sofre forte influência do contexto cultural de determinado povo que justifica a criação do mundo a partir da figura masculina, há também civilizações pautadas em outras crenças e que reverberam um outro olhar para a explicação da criação sob a ótica do matriarcado, assim como é a lenda africana de Namarói, contada por Mia Couto: “[...] Vou contar a versão do mundo, razão de brotarmos homens e mulheres. [...] Os homens não havia. E assim foi até aparecer um grupo de mulheres que não sabia como parir. Elas engravidavam, mas não devolviam ao mundo a semente que consigo traziam. [...]” (COUTO, 2012, p.115).

Para além desse cenário, posteriormente o surgimento do capitalismo no mundo, e inclusive no cenário brasileiro, moldaram-se as noções de família patriarcal, propriedade privada e “posse”, sendo a última ainda mais veemente refletida nas mulheres. Através dos limites estabelecidos nas conquistas de propriedades, os homens começaram a moldar a ideia de que seria preciso proteger seus bens para repassá-los aos seus descendentes. Entretanto, não era possível à época dimensionar de quais crianças os homens eram pais e, devido a isso, a medida mais eficaz seria exercer o controle sobre a sexualidade das mulheres, passando assim a enxergá-las como propriedade sua, bem como seus respectivos descendentes (QUEIROZ, 2021).

Dessa forma, a figura masculina transforma-se senhor dos escravos, da terra e proprietário da mulher, construindo a família patriarcal baseada na propriedade privada (BEAUVOIR, 1949).

Deste modo, o patriarcado, quando começou a ganhar espaço na ciência, religião e história, passou a regular um discurso de que “mulheres e homens são assim porque nasceram assim e devem permanecer assim”, uma estratégia baseada para convencer mulheres e homens a aceitarem e repercutirem papéis de gênero. No entanto, a masculinidade e a feminilidade são criações humanas que se desenvolvem e ganham conceitos com o decorrer das gerações, fazendo com que interfira diretamente na forma como as crianças são educadas (QUEIROZ, 2021, p.52).

Nesse diapasão, é favorável à sociedade patriarcal e ao capitalismo o convencimento de que homens aceitem as condições impostas para provarem ser homens, tirando-os a autonomia de questionar o lugar em que ocupam e o porquê ocupam, fazendo com que reproduzam comportamentos e não levantem margens de dúvidas e utilizem da violência para conter mulheres e outros homens ao agir conforme o sistema; homens que compreendam que agem assim “porque são homens” e não se perguntem “mas e eu, quem sou?” (QUEIROZ, 2021).

A metáfora do “hospedeiro consciente e o vírus” respalda claramente como o machismo se prolifera na sociedade através do que costumamos entender por ‘vírus’ – esse seria o machismo nessa metáfora – o homem por sua vez, o hospedeiro. O combate à cultura machista não deve ser entendido como um combate aos homens, mas de combate ao vírus e não àquele que está contaminado; faz-se possível um tratamento de deterioração e, desse modo, a sociedade se caracteriza como os profissionais de saúde que precisam tornar esse tratamento viável, valendo-se de medicamentos como: protestos, leis e punições, mas também deve-se atuar com ênfase nas prevenções, construindo uma educação pautada na igualdade de gênero, a fim de que o machismo (vírus) não continue a se hospedar em outros homens, caracterizando-os como os ofensores (QUEIROZ, 2021).

Neste cenário, surge o questionamento acerca da naturalização da cultura patriarcal e sexista que se prolifera por meio da educação infantil.

2.1 VIOLÊNCIA PATRIARCAL E O SEXISMO NATURALIZADO NA INFÂNCIA

Louro (1997) aduz que o conceito de gênero se formula através da maneira como as diferenças sexuais são interpretadas em um contexto social, por meio de determinados grupos, e inseridos em um contexto.

Neste sentido, as diferenças biológicas entre os corpos femininos e masculinos, e, em especial, as diferenças anatômicas dos órgãos sexuais ainda eram motivos de distinções “naturais” que justificavam as questões de gênero que, em verdade, eram construídas pelo meio social (BOURDIEU, 2014, p.19). Sob este viés, Maccoby (1988, apud CARVALHO, 1993) traz que até os 4 anos de idade não existe evidências de diferenças de gênero, mas a partir disso as crianças já começam a ter novas percepções, podendo recusar ou se aproximar de escolhas consideradas “apropriadas” ao seu gênero com base nas influências sociais.

Nesse sentido, a educação mostra-se como decorrente de influências do sistema patriarcal ao reforçar as divisões com base em gênero. Até mesmo nos primeiros anos de vida da criança já é perceptível uma organização que contribui para tais desigualdades, pois determinam meninas (mulheres) em papéis de submissão, enquanto os meninos (homens) ocupam lugares de domínio (AFFONSO, 2019). Há diante desse cenário uma teoria de que pais e mães, mesmo que inconscientemente, comecem desde a primeira infância a ensinar às meninas que elas possuem mais regras e menos espaço, e por outro lado é comum que os meninos tenham mais espaços e menos regras (CHIMAMANDA, 2017). Por conseguinte, há

um processo de tentativa de masculinizar ou feminizar determinada criança de acordo com o seu gênero (FINCO, 2007).

Assim, meninas e meninos são educados com modos diferentes mesmo que sejam irmãos, ou até mesmo alunos frequentando a mesma sala de aula, fazendo a leitura dos mesmos livros e recebendo ensinamentos dos mesmos docentes. Observa-se, portanto, a diferença nas formas de tratamentos que os familiares e as instituições de ensino interagem com as crianças (VIANNA E FINCO, 2009) e, deste modo, mesmo tendo acesso aos mesmos conteúdos e informações, ainda assim, são direcionados ao que é próprio ou impróprio para um menino ou menina com base em seu gênero (SILVA, 2014).

Saliente-se que os mesmos padrões de gênero se repetem quando se trata do matrimônio, haja vista que as meninas são educadas e socializadas a aspirarem ao matrimônio, mas os meninos não costumam ser educados priorizando o casamento; As meninas crescem e se tornam mulheres preocupadas com o casamento, por outro lado os meninos crescem e não se tornam homens que fazem do casamento uma prioridade. Todavia, as mulheres se casarão com esses homens. Logo, a relação é notoriamente desigual, posto que o instituto tem mais importância para um que para o outro. Então, como a sociedade se surpreenderia ao perceber que em muitos casamentos mulheres estão sacrificando a si mesmas das mais variadas formas imagináveis em detrimento de uma constante troca desigual? (CHIMAMANDA, 2017, p.16)

Neste diapasão, o raciocínio justificável sobre o porquê de a violência contra a mulher acontecer de forma bem mais recorrente dentro de casa que fora é de que a sociedade é moldada para naturalizar e enxergar a violência patriarcal de forma comum durante a infância, pois é aceitável que um indivíduo imponha dominação sobre outro indivíduo durante sua fase de crescimento (HOOKS, 2018), reverberando em dados como os apresentados no Estado do Ceará, onde se registrou em 2023, nos últimos seis meses, o maior índice de violência contra a mulher, contendo um aumento de 27,2% em comparação a janeiro e fevereiro de 2022 (DIÁRIO DO NORDESTE, 2023).

O público infantil, que em algum momento presencia situações de abusos e violências entre terceiros ou para com eles mesmos dentro da própria casa ou demais ambientes de convivência habitual e afetiva, é duas vezes mais violentado, seja quando presenciam atos de violência ou quando sofrem violência patriarcal (HOOKS, 2018), o que leva a retroalimentação do processo de violência, se não tratado adequadamente.

Nesse quadro, impõe-se observar que o papel da mãe dentro do sistema patriarcal tem-se reduzido ao papel de educadora e guardiã dos princípios ensinados pelo machismo e, com isso, mulheres sentem a necessidade de se aliar ao sistema para que de alguma forma siga

reproduzindo aquilo que também foi ensinado a elas como o meio correto. Diante disso, omitem-se e repassam seus aprendizados aos meninos e meninas, até mesmo quando as figuras masculinas estão ausentes. É o que se pode aferir da leitura da obra *Os meninos são a cura do machismo* (QUEIROZ, 2021, p.107):

Foi o que aconteceu quando minha avó me telefonou assim que soube que eu estava produzindo uma obra sobre homens: “Vim dizer que coloque no livro que a sua avó acredita que ser homem é sustentar a família, nunca deixar faltar nada nem fazer com que a mulher precise trabalhar, só cuidar da casa.”

Nesta perspectiva, faz-se necessária uma análise acerca das mulheres adultas que também exercem posição de poder com papéis tirânicos. É nesse contexto que se torna visível o sistema opressor, pois percebe-se que o problema não está no indivíduo, mas no sistema em que aquele indivíduo está inserido e que faz com que ele reproduza comportamentos (QUEIROZ, 2021). Assim como é demonstrado no universo cinematográfico da obra “*Matilda*”, a personagem Sra.Taurino, a diretora, apesar de ser mulher propaga em seus comportamentos a figura tirânica e forte a fim de apavorar os alunos e professores. A Sra.Taurino sempre andava marchando conforme um militar (DAHL, 1991, p.66), de modo que a postura da dirigente soa como o uso de uma masculinização para que ela fosse respeitada, ratificando mais uma vez a percepção errônea de que muitas mulheres para assumirem cargos de poder e conquistarem o respeito almejado precisam agir como o sexo oposto.

Obtempera-se, portanto, que a violência no ambiente doméstico contra crianças é imprescindível de se pontuar, pois ressalta o que a sociedade tende a naturalizar: a violência patriarcal; não há como falar em violência de gênero sem pontuar que ela advém de uma sequência de violações e condutas sexistas dentro do próprio lar, não apenas entre homens e mulheres como também entre pais e filhos, fazendo com que se desconstrua o estereótipo de que apenas homens são agressores e mulheres não, quando na verdade mulheres também refletem tais abusos inclusive quando se encontram na condição de educadoras e mães, tendo em vista que acreditam que possam usar da força coercitiva contra a criança para provar/demonstrar uma autoridade em busca de domínio (HOOKS, 2018).

Neste sentido, rótulos são “profecias autorrealizáveis” no começo da vida de uma criança, tudo que ela tem para conhecer mais sobre ela, é aquilo que dizemos que elas são; muitos são os adjetivos usados para qualificá-las e remetê-las características. Se os pais dizem que são “agressivos porque são meninos”, são boas as chances de que cresçam convencidos de que são e muito provavelmente manterão o comportamento agressivo na fase adulta (SANTOS, 2019). Portanto, o processo de desenvolvimento pode repercutir-se embasado e refletido na cultura de dominação e sexismo.

Sob outra ótica, as meninas aprendem a ser agradáveis e boazinhas, e paralelamente percebe-se que muitas ficam quietas quando são abusadas, pois sentem a necessidade de manter a postura que lhes foi ensinada, sendo “boazinha”. Por este motivo, várias mulheres passam muito tempo tornando-se agradáveis aos outros e aos sentimentos dos outros, inclusive de seus agressores, o que é reflexo catastrófico de uma aprendizagem imposta às meninas. Consequentemente, grande número dessa população feminina não consegue respirar livremente, posto que estão condicionadas a assumir formas que agradem aos outros (CHIMAMANDA, 2017).

A partir dessas considerações, convém apresentar o que foi trazido pelo estudo nominado “Por Ser Menina no Brasil: Crescendo entre Direitos e Violências”, realizado pela PLAN Brasil. Durante a pesquisa foram entrevistadas 1.771 meninas entre 6 e 14 anos e foram obtidos os seguintes resultados: cerca de 31,7% afirmavam insatisfação com o tempo disponível para brincar, e isso acontecia pois 82% tinham que cumprir algum tipo de responsabilidade nas atividades domésticas; 81,4% arrumavam sua própria cama, por outro lado 76,8% tinham que lavar a louça e 65,6% limpavam a casa, enquanto apenas 11,6% de seus irmãos homens arrumavam a própria cama, 12,5% lavavam a louça e 11,4% limpavam a casa. Ademais, as meninas também assumiam tarefas de maiores riscos para crianças, como cozinhar - 41% das participantes da pesquisa o faziam, enquanto entre os meninos o percentual era de 11,4% (PLAN BRASIL, 2014).

A pesquisa trouxe significativas marcas que o patriarcado traz na educação das meninas, como se pode aferir da imagem 1, extraída do relatório dos estudos sob comento.

IMAGEM 1 – Resultado de parte da entrevista realizada às meninas na pesquisa



Fonte: POR SER MENINA NO BRASIL [RESUMO EXECUTIVO] Crescendo entre Direitos e Violências Pesquisa com meninas de 6 a 14 anos nas cinco regiões do Brasil (2014)

A naturalização do sexismo na educação resta muito evidenciada na fala das crianças e adolescentes, quando estas demonstram o tratamento diferenciado aos filhos, em razão do gênero, no próprio âmbito familiar, criando, assim, a expectativa de que, para os meninos quase tudo é possível, enquanto para as meninas, resta a subserviência.

Tal realidade foi vivenciada pela autora Chimamanda e descrita em sua obra: “Para educar crianças feministas” (CHIMAMANDA, 2017, p.10):

Lembro que me diziam quando era criança para “varrer direito, como uma menina”. O que significava que varrer tinha a ver com ser mulher. Eu preferiria que tivessem dito apenas para “varrer direito, pois assim vai limpar melhor o chão”. E preferiria que tivessem dito a mesma coisa para os meus irmãos.

Saber ou não cozinhar envolve aprendizagem, pois é um serviço doméstico em geral, é visivelmente uma habilidade que é adquirida com a vida e que teoricamente homens e mulheres podem aprender, assim como também é possível que essa habilidade escape tanto aos homens quanto às mulheres (CHIMAMANDA, 2017, p.10). Assim, esses estereótipos de atividades masculinas e femininas impostas socialmente e nos seios familiares, nada mais são que mecanismo de demonstração de dominação e poder do patriarcado, através de uma educação sexista naturalizada.

Urge, portanto, esclarecer que a sociedade como um todo contribui nas mais variadas formas aos padrões sexistas. A exemplo disso são as lojas de brinquedos infantis que não distante da realidade social aprimora seus produtos e aperfeiçoa as vendas quando seleciona seu público em “brinquedos para meninas” e “brinquedos para meninos”.

Logo, há de se pensar na função dos brinquedos. Os brinquedos infantis podem ser conceituados como um material que oferece suporte à brincadeira onde o lúdico também se mostra em ação (KISHIMOTO, 2001).

Não obstante, o que se tem e que os brinquedos considerados para meninos estão costumeiramente direcionados em prateleiras que contenham dentre as opções armas fictícias, trazendo-os sensações de poder e violência (QUEIROZ, 2021). Enquanto isso, estatísticas mostram o resultado desse estabelecimento de padrões, diante da estimativa de que cerca de 90% de todos os homicídios registrados em todo o mundo foram cometidos por perpetradores do sexo masculino. Por outro lado, homens representam quase 80% de todas as vítimas de homicídios registrados no mundo (UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME, 2019). A influência da educação na fase da infância é premente para a formação humana, o que enleva a discussão acerca do combate à cultura sexista na educação infantil.

Diante disso, enleva-se destacar que o cérebro da criança apresenta uma plasticidade cerebral – a capacidade da inteligência de se moldar aos mais variados estímulos, necessidades e ambientes. Nesse diapasão, são recepcionadas as mudanças quando se aprende a andar, caminhar, falar, bem como quando se guarda alguma lembrança. O cérebro muda, inclusive, quando a criança se dá conta de que pertence a determinado gênero: feminino ou masculino. (ELLIOT, 2013, p.14), haja vista que a plasticidade cerebral possui maior potencial de desenvolvimento durante a infância que nos outros estágios da vida (ELLIOT, 2013; OLIVA; DIAS; REIS, 2009).

Por conseguinte, o processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança se desenvolvem em momentos autônomos, tendo em vista a influência de hábitos, comportamentos e contextos sociais que se manifestam e que são reflexos do que ela traz consigo antes mesmo de sofrer a interferência de disciplinas e aprendizagens moldadas dentro de uma sala de aula. Nesse sentido, o seu processo de desenvolvimento mostra-se completamente independente; em vista disso, a atuação da instituição de ensino corrobora na construção ou desconstrução dessa formação de ensino, pois o processo de aprendizagem da criança começa muito antes da aprendizagem escolar (VYGOTSKY, 1978).

Todavia, o trabalho do educador detém de funcionalidades, tais como refletir, organizar, monitorar, planejar, mediar, selecionar práticas e interações, por meio das quais busca-se que seja garantida a pluralidade de situações que tenham potencial de promover o desenvolvimento pleno na fase da infância (BNCC, 2017, p.39). Diante disso, dispõe a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu artigo 29 (LDB, 1996):

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Diante desse pressuposto, convém ratificar que a base do processo educacional se mostra suscetível às reproduções de práticas sexistas, diante do fato que durante os primeiros anos de vida a criança inicia a sua construção social podendo ser influenciada pelo meio em que vive.

Apesar da aprendizagem escolar possuir capacidade e competência para desconstruir estereótipos e condutas sexistas, para Leão (2012) o ambiente escolar tende a reproduzir o sexismo que já advém da formação social dos indivíduos, isto é, aquilo que se é aprendido, repassado e reproduzido dentro da sociedade e até mesmo na relação intrafamiliar dessas crianças, que já crescem recebendo fortemente a influência do convívio familiar naquilo que seja destinado ao gênero dela, tais como: meninas ganham brinquedos que refletem atividades

domésticas como cozinhas, panelas etc e meninos brincam com objetos que despertem e agucem seu raciocínio lógico como jogos dos mais variados tipos.

Diante disso é provável que a instituição de ensino reforce também essas práticas, como, por exemplo: desempenhar e fazer divisões de papéis pensadas em gênero: desafios e competições tendem a ser separadas entre times de meninas e meninos; além da separação de atividades que também é pensada dessa forma (LEÃO, 2012). Para isso, é imprescindível uma atuação consciente por parte do docente no processo de aprendizagem, pois, ao passo que crianças podem apresentar questionamentos sobre papéis de gênero na sociedade sexista, ratificará na mesma proporção a importância do diálogo interdisciplinar no ambiente escolar e nas relações intrafamiliares, a fim de propiciar a inserção social, o respeito à autonomia e individualidade da criança, haja vista que essa parcela populacional constrói conhecimentos a partir da vivência com outros grupos sociais e com o meio em que vivem (BRASIL, 1988).

A instituição infantil possui o caráter multidisciplinar ao propiciar às crianças um ambiente livre de estereótipos e cultivador da independência e reconhecimento de identidades. Portanto, naturalmente delimita espaços utilizando-se de símbolos e códigos através de condutas permissivas e proibitivas sobre o que cada criança pode ou não fazer. Ela separa e institui, conseguindo até mesmo informar uma espécie de “lugar” dos pequenos e dos grandes, inclusive, dos meninos e das meninas (LOURO, 1997).

Urge atentar que a educação infantil - reconhecida como a primeira etapa da educação básica - surge no final do século XVIII e início do século XIX, resultante das mudanças ocorridas com o advento da Revolução Industrial, ante a necessidade de um ambiente escolar onde as crianças pudessem ficar enquanto suas mães encontravam-se nas fábricas, e com isso resguardava-se os interesses do sistema capitalista, modificando a estrutura educacional e o cuidado com os filhos (OLIVEIRA, 2016).

Esse período também propiciou a abertura a literatura infantil no Brasil, expandindo-se o acesso à leitura e a narrativa infantil (LAJOLO E ZILBERMAN, 2007). Por outro lado, a escola assim como o ambiente familiar têm imprescindível papel junto à causa literária, posto que a literatura promove possibilidades concretas de mudanças, a partir da interpretação que as crianças fazem a partir da cultura em que está inserida (KAERCHER, 2011), sendo, por conseguinte, fundamental para o desenvolvimento do senso crítico, pois a partir do contato literário a criança pode pensar, duvidar, se perguntar, questionar podendo se sentir inquieta e até mesmo refletindo sobre sua própria opinião dentro do ambiente escolar (ABRAMOVICH, 2009).

Contudo, Oliveira (2023, p.15) traz importante reflexão sobre a literatura infantil, relembrando que, até muito pouco tempo, os padrões femininos na literatura infantil eram de “princesas loiras, frágeis, vulneráveis e sempre à espera de um príncipe encantado, o qual era forte e vem ao encontro da jovem em seu cavalo branco, pronto para defendê-la de todos os perigos”.

Dessarte, é essencial atentar-se ao conteúdo que as histórias infantis refletem, tendo em vista a existência de reforço de estereótipos através da linguagem e das ilustrações e, portanto, a criança precisará de ajuda para refletir sobre o que se está lendo, e quanto a isso é imprescindível que os professores da educação infantil tenham cuidado com a escolha dos livros apresentados, dando um destaque às obras de Monteiro Lobato, Maurício de Sousa, Ruth Rocha, Ana Maria Machado, Maria Clara Machado, Mary França e Eliardo França, Bartolomeu Campos de Queirós, Marina Colasanti, Cecília Meireles, Eva Furnari, João Carlos Marinho, Lygia Bojunga, entre outros. E escritores estrangeiros, como Charles Perrault, Irmão Grimm e Christian Andersen, pois instigam a imaginação e quebram preconceitos e estereótipos (ABRAMOVICH, 2009), que reforçam a educação sexista.

3 METODOLOGIA

O trabalho correspondeu a uma pesquisa feita com arcabouço com fontes bibliográficas e para isso faz-se conveniente primariamente a leitura de artigos científicos através de produções buscadas em plataformas como o google acadêmico, para que a partir disso haja concepções diferentes produzidas no universo acadêmico por outros pesquisadores. Ademais, foram válidas e imprescindíveis leituras de outros materiais teóricos que abordem essa temática por meio de plataformas digitais tais como: scientific electronic library online (scielo), e directory of open access journals (doaj), além de livros e revistas científicas.

Para além desse cenário, caracteriza-se como uma pesquisa exploratória, haja vista que se procurou obter mais informações sobre a temática com objetivo de alcançar respostas, ampliar cenários que ainda não tenham sido contemplados, e abranger novos enfoques a questionamentos sobre o conteúdo abordado (GIL, 1999).

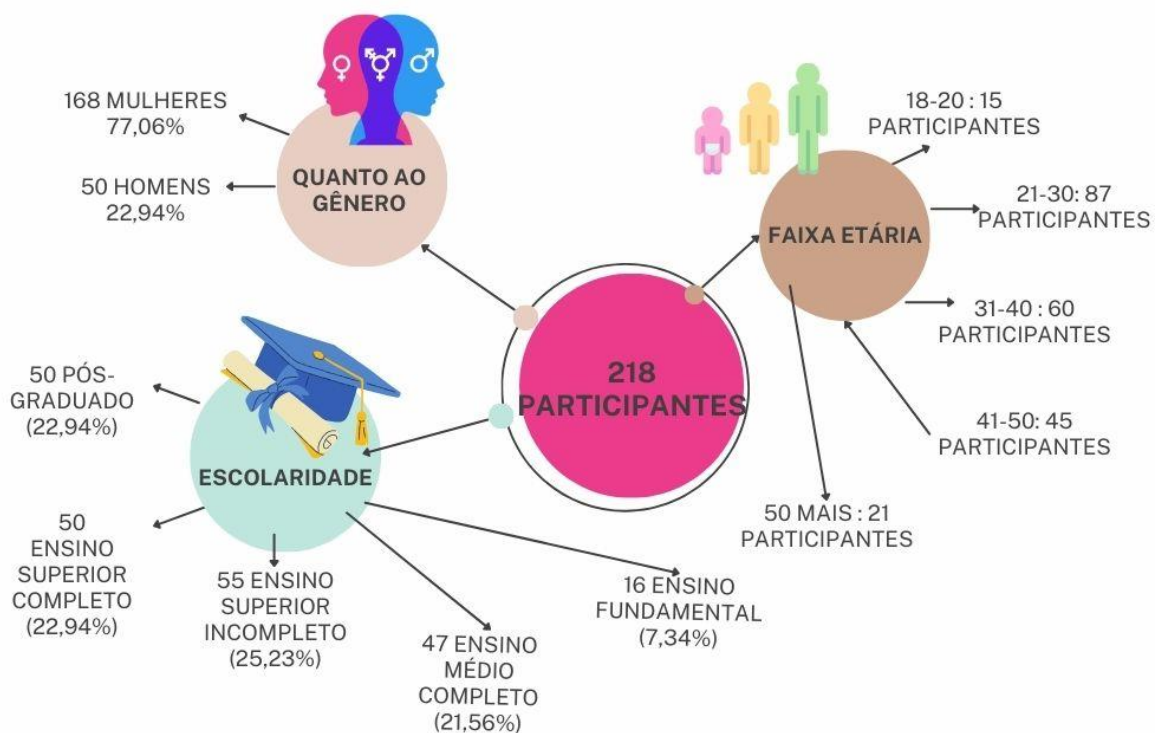
A pesquisa possuiu o intuito sistematizar resultados obtidos a fim de que se alcance um entendimento sobre o tema exposto, bem como contribuir para o ensino e formação tendo em vista o frequente aumento de acesso à informação (COOPER, 1989). Em razão disso, também

se caracterizou como **descritiva**, explicada por Prodanov (2013) como sendo a que caracteriza as descrições dos fatores observados durante a pesquisa sem a intervenção do autor.

Utilizou-se como instrumento pesquisa de opinião ou *survey*. O levantamento de *survey* se configura pelas perguntas diretas destinadas às pessoas acerca de uma problemática, cujo principal intuito é conhecer o comportamento da população diante daqueles questionamentos levantados, e em seguida, mediante análise qualitativa, possam ser comparados aos dados obtidos durante o estudo (GIL, 1999).

A pesquisa de opinião fora disponibilizada por meio das plataformas digitais, entre os meses de setembro de outubro de 2023, obtendo-se 218 respostas. Aplicada a pesquisa, pôde-se descrever o perfil dos participantes da pesquisa conforme delineado no gráfico a seguir.

IMAGEM 2 – Perfil dos participantes da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

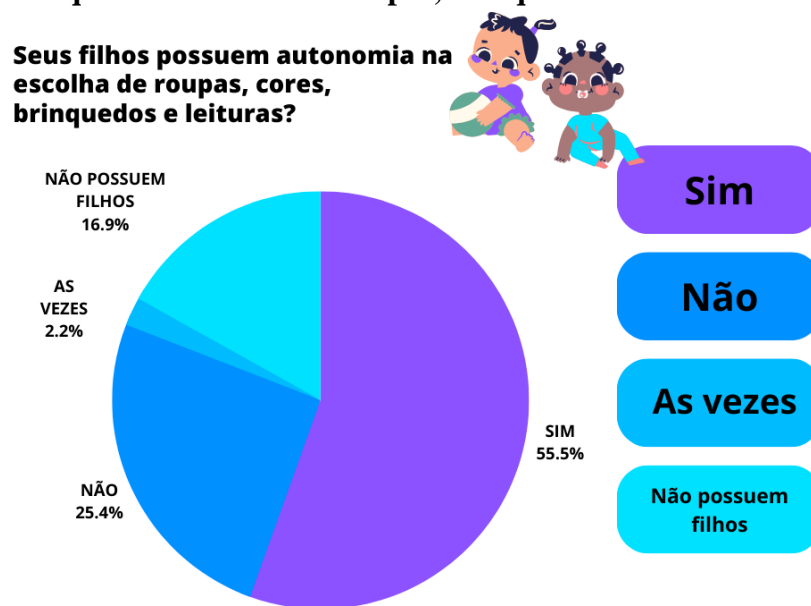
Realizada a pesquisa, foi feita a transcrição dos dados, utilizando a técnica de análise de conteúdo exposta por Bardin (2011), através de métodos e técnicas com organização, codificação, categorização, no intuito de explorar o material e tratar os resultados para desvendar os questionamentos críticos em torno das comunicações, expressões e

comportamentos do público abordado (BARDIN, 2011), conforme se depreende na análise e discussão dos resultados.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Ao analisar a presente pesquisa de opinião foi observado o perfil comportamental da população diante de perguntas relacionadas as questões de gênero que estiveram presentes em sua formação educacional infantil e até mesmo na de seus filhos. O conteúdo do questionário foi analisado, comparado e refletido de forma individual, tendo sido disponibilizado entre os meses de setembro e outubro, tendo obtido 218 respostas, cujas informações possibilitaram a formação dos gráficos e análises dos resultados obtidos que serão expostos a seguir.

GRÁFICO 1 – Resposta ao questionamento sobre a liberdade de escolha das crianças quanto a escolha de roupas, brinquedos e leituras



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Quanto à autonomia das crianças e até mesmo ausência dessa com relação às suas escolhas em torno de cores, brinquedos, roupas e leituras, percebe-se que dentre os entrevistados 118 pessoas (55,5%) influenciam a tomada de decisão dos filhos, entretanto, apenas em alguns casos (2,2%) os responsáveis sentem necessidade de exercer esse poder sobre elas ao escolher o que considera adequado para o gênero e idade das crianças; e 54 pessoas (25,4%) responderam que os filhos não possuem autonomia em tais escolhas.

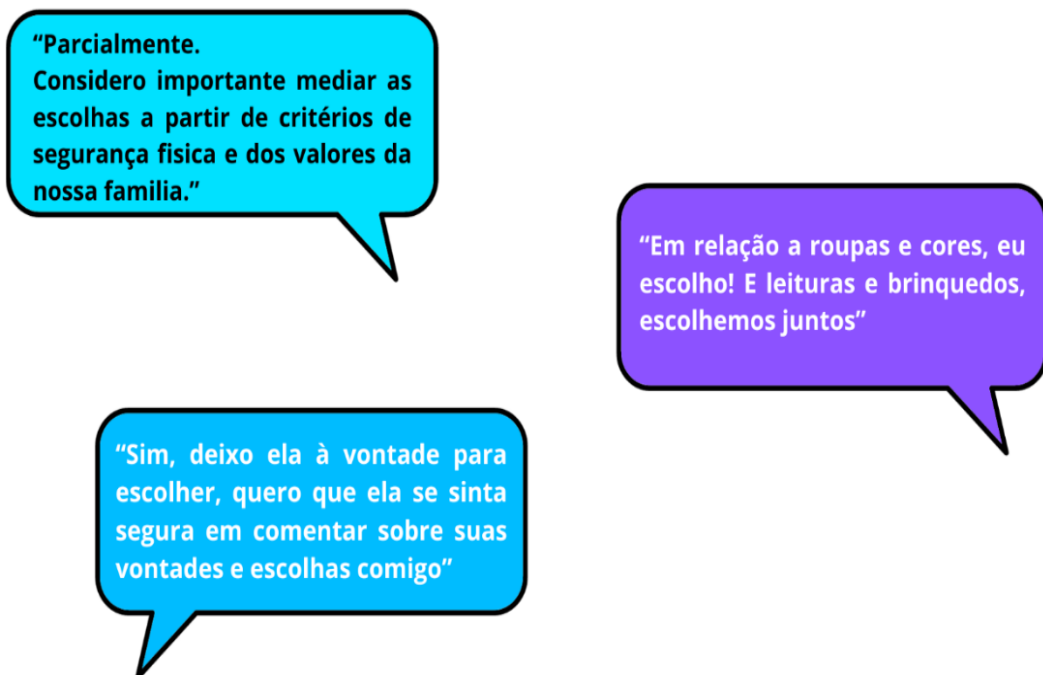
Logo, percebe-se que tal análise vai de encontro aos estudos de Finco (2007) e Hooks (2018), os quais afirmam ser comum os adultos exercerem domínio sobre os corpos das crianças

a fim de “masculinizar” ou “feminilizar” para que tenham comportamentos condizentes de ‘mocinhas’ e ‘moleques’.

Corroborando com o resultado da pesquisa a análise realizada por Seixas, Perez, Favaro e Botan (2020, p. 16192), as quais defendem que “os objetos, brinquedos, roupas e suas cores, destinados as crianças são construções reforçadas pela sociedade, mas com uma história por trás delas. E essa edificação está imersa as condições imposta pelo patriarcado”. Partindo dessa realidade, resvala-se na formação de indivíduos sexistas, perpetuando a cultura do patriarcado em suas identidades. Ressaltam, portanto, o papel da escola em “disseminar uma educação crítica e emancipatória, desde a infância, no intuito de desconstruir os estereótipos de gênero perpetuados em nossa sociedade”.

Neste diapasão, pode-se destacar algumas respostas que foram apresentadas como justificativas para a interferência ou não na tomada de decisão dos filhos.

IMAGEM 2 – Trechos de respostas a pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Importante esclarecer que até os 4 anos de idade das crianças não se evidencia as diferenças de gênero. Entretanto, a partir daí, ambos os gêneros tendem a evitar alguns tipos de brincadeiras como um reflexo da influência e pressão social ocasionadas (MACCOBY, 1998 e CARVALHO, 1993). Esse condicionamento vê-se demonstrado, inclusive, na escolha dos brinquedos.

IMAGEM 3 – Resposta à indagação acerca dos brinquedos preponderantes na infância

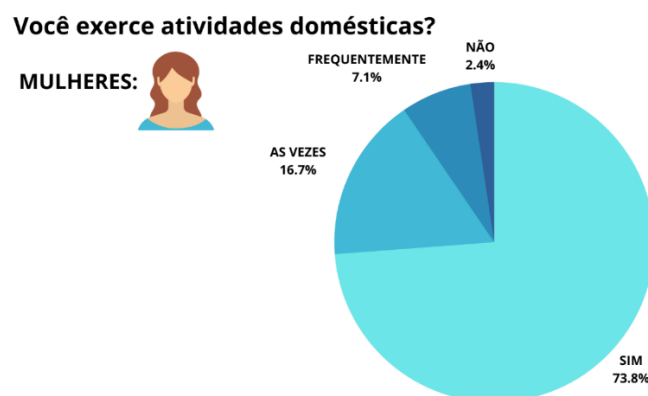


Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Acima, em forma de nuvem de palavras, consta o resultado da análise de 212 respostas dada ao questionamento acerca da preferência de brinquedos que são dados de presente para as crianças. Estão ilustradas em fonte maior as palavras que se repetiram mais vezes. Diante disso, observa-se um padrão de resposta pertinente no que concerne às bonecas, quantificando 92 respostas (98,91%), enquanto apenas um homem ganhou boneca (1,09%) e, no que diz respeito aos brinquedos de casinha, 58 respostas do gênero feminino (100%). Por outro lado, nenhum homem ganhou brinquedos domésticos em sua infância (0%), o que confirma as ratificações feitas pela pesquisa realizada pelo Instituto Pan Internacional (2014) de que meninas apresentam mais permanência em ambientes domésticos, casa e família.

Logo, refletem-se os resultados obtidos quando foi questionado aos homens e mulheres se eles exerciam atividades domésticas. Nota-se que 73,8% das mulheres exercem afazeres do lar, e apenas 41,7% dos homens assume tal responsabilidade, enquanto 2,4% delas não exerce determinadas tarefas, por outro lado 22,9% dos homens não assumem tal papel.

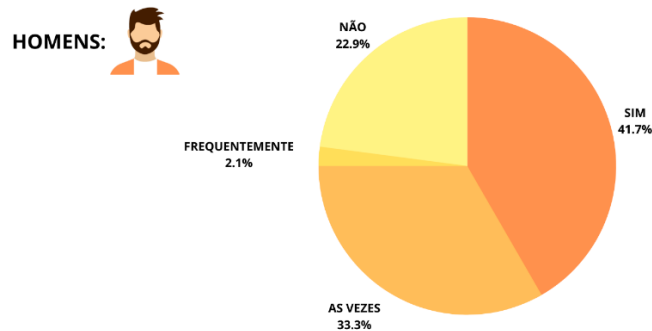
GRÁFICO 2 – Sobre o exercício de atividade doméstica pelo gênero feminino



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

GRÁFICO 3 – Sobre o exercício de atividade doméstica pelo gênero masculino

Você exerce atividades domésticas?

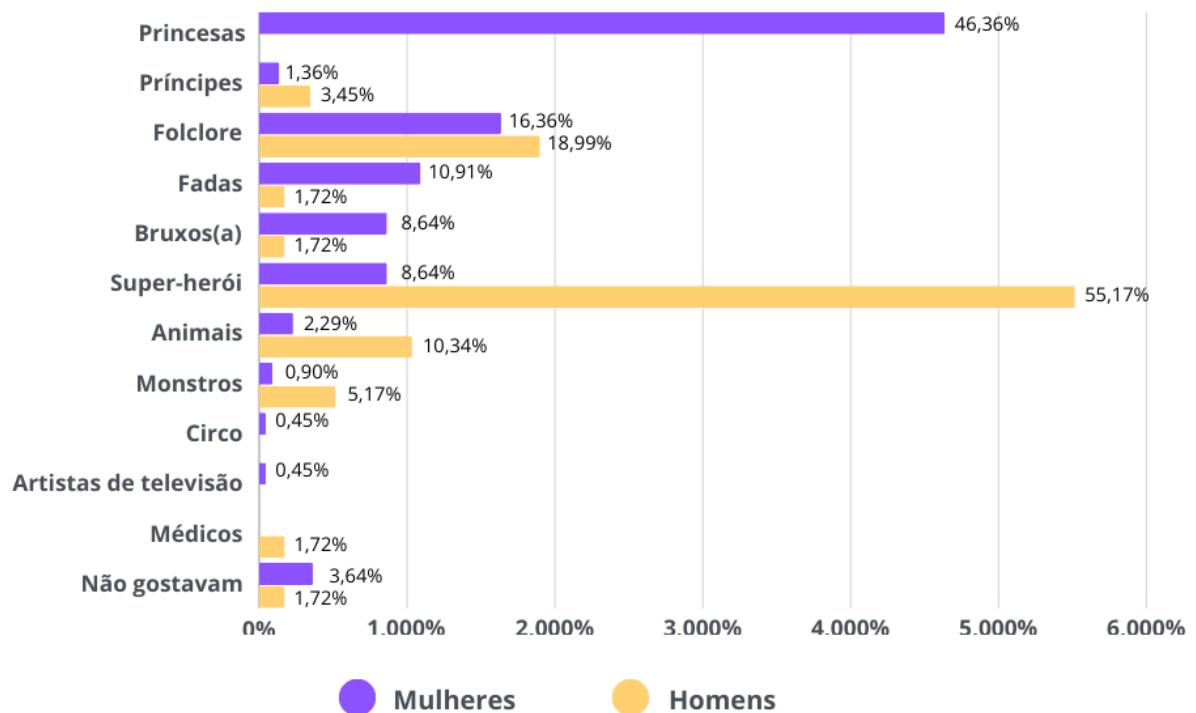


Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Os estereótipos de gênero revelam novamente através não só dos brinquedos como também das fantasias escolhidas pelas mulheres, durante sua infância, onde tinham preferência por fantasias de princesas da Disney (46,36%), folclore (16,36%), fadas (10,91%) bruxas (8,64%), e super-heroínas (8,64%). Por outro lado, a predominância nas escolhas entre os homens tiveram-se destaque: super-heróis (55,17%), folclore (18,99%) e os animais (10,34%).

GRÁFICO 4 – Opções por fantasias infantis

Na sua infância quais fantasias você gostava?

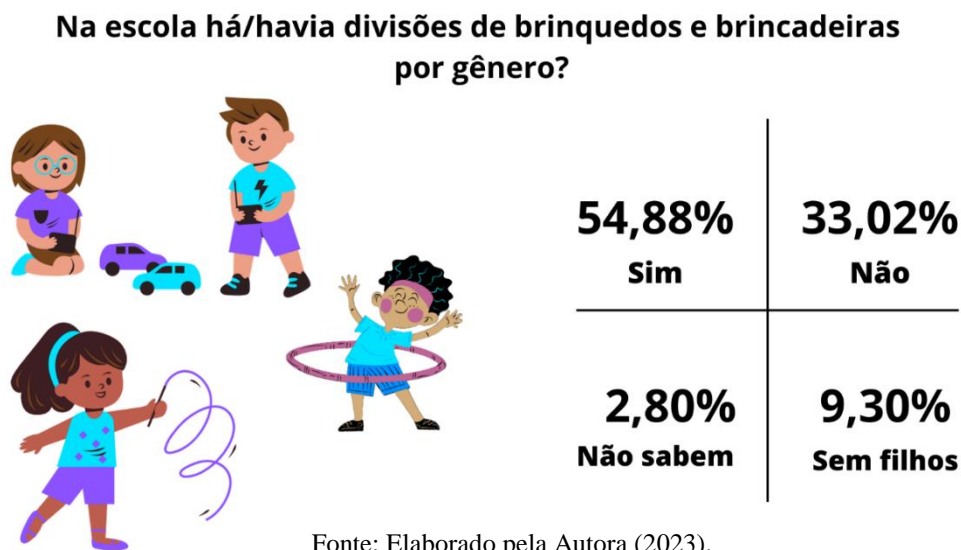


Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Para além desse cenário, o ambiente escolar possibilita analisar se as questões de gênero também são refletidas nas crianças através das dinâmicas disciplinares. Nesse sentido, pode-se perceber no gráfico a seguir em que foi questionado aos pais e responsáveis se na escola dos seus filhos há ou já houve em algum momento divisões de tarefas escolares e brincadeiras com base no gênero

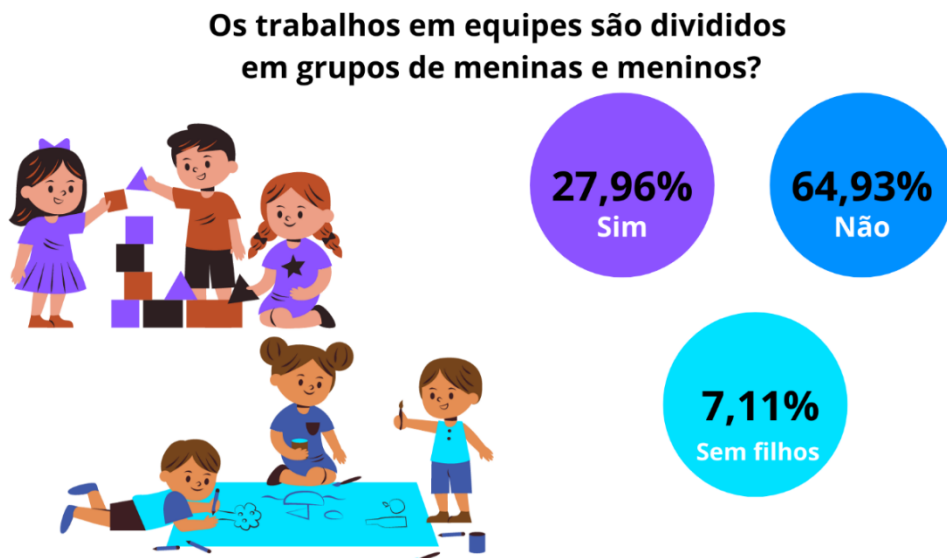
Nesse viés, percebe-se que 118 (54,88%) pessoas afirmam que “sim” as instituições ainda fazem divisões de brincadeiras com base em gênero, impossibilitando assim, que a criança expanda seu desenvolvimento e aprendizagem como denota Silva (2014) quando acrescenta que meninas e meninos mesmo frequentando o mesmo ambiente escolar ainda recebem ensinamentos do que seria próprio para seu gênero. Por outro lado, 71 (33,02%) pessoas responderam que o ambiente escolar não faz divisões de gênero.

GRÁFICO 6 – Respostas sobre divisões de brincadeiras ou brinquedos na escola por gênero



Silva, Moreira e Da Silva (2022, p.109) ressaltam que não é incomum em instituições de ensino ocorrer a distribuição de brinquedos a partir do que a sociedade dita como sendo ideal para cada gênero, comumente cabendo às meninas bonecas, utensílios domésticos e, aos meninos, carrinhos, bolas, espadas, armas, “em uma perspectiva de moldar meninos e meninas naquilo que o meio social considera o ideal de acordo com os gêneros”. Apontam, ainda, a existência de adultos que são avessos e apresentam comportamentos extremos e contrários a qualquer possibilidade de uma criança brincar com o que julga ser brinquedo destinado a outro gênero.

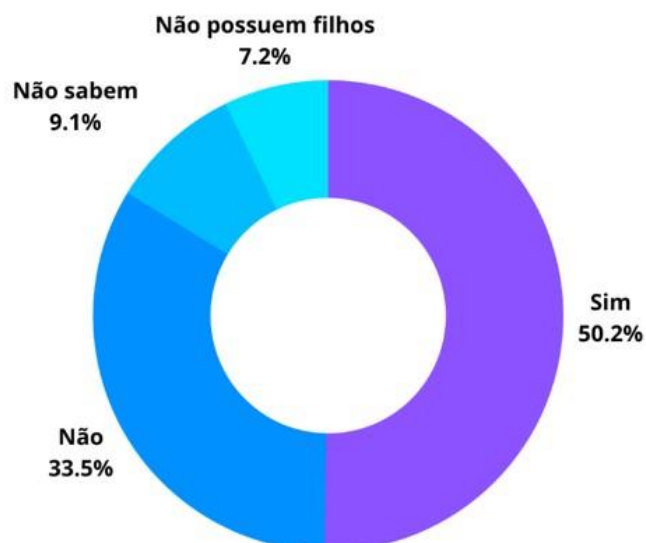
GRÁFICO 7 – Respostas sobre divisão de equipes de trabalho por gênero



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Outro questionamento ainda realizado foi acerca da percepção ou não sobre a divisão das atividades escolares em equipes de meninas e meninos. Para Leão (2012) a escola costuma dividir os meninos das meninas não só nas brincadeiras como também nos trabalhos em equipes. No entanto, o presente estudo destoou do que aduz o autor, haja vista que somente 27,96% dos participantes responderam afirmativamente, sendo que 64,93% informaram não haver divisão de equipes de trabalho por gênero.

GRÁFICO 8 – Indagação sobre a escolar ensinar ou não o comportamento esperado a partir do gênero



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O gráfico surpreende ao mostrar que 50,2% das pessoas confirmam que a escola ensina maneiras comportamentais pensadas em gênero. Com isso, considera-se as perspectivas de Louro (1997) e Leão (2012) em que as escolas, na primeira infância, costumam reproduzir comportamentos sexistas ao ensinar de formas implícitas e explícitas o que seria adequado para meninas e para meninos com base no seu gênero. Todavia, chama atenção o gráfico anterior onde apresenta o questionário acerca das divisões de equipes e tarefas com base em gênero onde a maioria dos participantes da pesquisa (64,93%) responderam “não”; deixando assim o questionamento acerca de quais ensinamentos sexistas são mais explícitos no comportamento pedagógico dos docentes e quais seriam mais velados, e até mesmo quais não existiriam de nenhuma forma, haja vista que (9,1%) dos pais responsáveis informaram que não sabem se isso acontece ou não dentro das escolas dos filhos.

Diante de todo o exposto, resta evidenciada a preponderância de práticas sexistas na educação infantil, seja no âmbito familiar, seja no social ou escolar, o que reverbera na formação de adultos que naturalizam práticas de discriminação e violência de gênero, desde as mais sutis às mais letais, o que torna urgente maiores discussões e tomadas de decisões voltadas para a afugentar a matriz da violência de gênero, que está associada à educação sexista e ao machismo estrutural.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou constatar a ideia de que a educação infantil sexista começa desde o nascimento das crianças, sofrendo invisibilidade e naturalização, e, quando não repensada, os seus impactos podem repercutir não só no desenvolvimento cognitivo das crianças durante a primeira infância como também justifica uma forte base nas estatísticas de violência contra a mulher e, conseqüentemente, os resultados fatais de feminicídios.

Pode ser comprovado através das pesquisas e análises realizadas o entendimento de que a violência de gênero conceituada na Lei Maria da Penha inicia-se desde o processo de educação infantil, quando muitas vezes o sexismo impõe que meninas e meninos cresçam aprendendo a “etiquetar” formas comportamentais. Nesse sentido, as meninas são convidadas a ocupar lugares de submissão e silenciamento para provar socialmente o que acreditam e aprendem que ser condizente ao comportamento de uma mulher. Logo, muito comumente tornam-se as mulheres que omitem, silenciam e inconscientemente não tendem a questionar as violências que sofrem. Por outro lado, por trás do comportamento agressor de muitos homens está a figura

de um menino que aprendeu durante a sua vida que ele deveria exercer papel de controle, autoridade, e força dentro do lar.

O machismo dentro de uma sociedade predominantemente patriarcal mostram o quanto os índices de violência de gênero precisam ser analisados também a partir da perspectiva da educação infantil. A pesquisa demonstrou que o sexismo ainda se mantém presente na educação familiar e escolar, reproduzindo uma construção histórico-social dos papéis de homens e mulheres na nossa sociedade.

No que diz respeito às relações culturais e sociais acerca das brincadeiras, a educação bem instruída durante a infância torna-se um fator importantíssimo para o processo de aprendizagem, autonomia e inclusão social da criança, pois as imposições de gênero evidenciam-se nos vínculos sociais. Diante disso, o papel crucial do educador e da parentalidade ativa acerca da equidade de gênero oportuniza os debates e reflexões através da participação de meninos e meninas em brincadeiras, jogos, e habilidades domésticas que possam ser atribuídas não na intenção de dividi-las entre si com base em gênero, mas sim, de reuni-las e apresentá-las aos brinquedos e tarefas com base na sua faixa etária adequada.

Portanto, compreende-se o longo caminho que ainda é necessário trilhar na linha de investigação dessa pesquisa para que as políticas públicas de combate e prevenção à violência contra a mulher possa ser analisada a partir de uma nova ótica – a infância. Para tanto, o papel da escola e a capacitação dos profissionais pedagogos em tais ambientes se torna imprescindível, tendo em vista o seu potencial inibidor sobre as violências de gênero e desconstrução de estereótipos que ainda separam meninas e meninos a partir de uma perspectiva errônea socialmente construída, pois a escola é um ambiente primordial para um processo educacional não-sexista

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVICH, Fanny (2009). **Literatura infantil gostosuras e bobices**. 5. ed. São Paulo: Scipione.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. (2017). Para educar crianças feministas: um manifesto. 1ª ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- AFFONSO, Jackeliine Barboza Ayres. **As questões de gênero na educação infantil: o ato de brincar**. 2019.
- BARDIN, L, Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011. Revista Eletrônica de Educação. São Carlos, SP: UFSCar, v.6, no.1, p. 383-387, mai. 2012. Disponível em <http://www.reveduc.ufscar.br>

- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BÍBLIA. Português. Bíblia Sagrada. Nova Versão Pastoral. São Paulo: Bíblica Brasil, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BROUGÈRE, Gilles. *Brinquedo e cultura*. São Paulo: **Cortez**, 1995.
- CARVALHO, Ana. et al. Brincadeiras de meninos e brincadeiras de meninas. **Psicologia, Ciência e Profissão**, v.13, n.1-4, 1993, p.30-33.
- CARVALHO, N. C. Estilos de socialização parental, identidade de gênero e sexismo na infância. 2016. 132 f. Dissertação (Pós-Graduação em Psicologia Social) - **Universidade Federal de Sergipe**, São Cristóvão, SE, 2016.
- CESCA, Taís Burin. O Papel do Psicólogo Jurídico na Violência Intrafamiliar: Possíveis Articulações. Em: *Psicologia & Sociedade*, Vol. 16, n. 3, SetDez/2004, (p. 41-46).
- COOPER, H.M. *Interating research: A guide for literature reviews*. 2.ed. Newbury Park. Sage, 1989.
- COUTO, Mia. Lenda de Naomi. In: COUTO, Mia (Org). *Estórias abensonhadas*. São Paulo: **Companhia das letras**, 2012.
- DO ROSÁRIO ABREU, Danubia et al. O papel da literatura infantil no contexto da educação infantil e na formação da criança: uma revisão bibliográfica. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 5, p. e66953078-e66953078, 2020.
- ELLIOT, L. Cérebro azul ou rosa: o impacto das diferenças de gênero na educação. Porto Alegre: **Ed: Penso**, 2013. 408p.
- FINCO, Daniela. A educação dos corpos femininos e masculinos na Educação Infantil. In: Faria, Ana Lúcia G. de. *O coletivo infantil em creches e pré-escolas: falares e saberes*. São Paulo, **Cortez**, 2007.
- FINCO, D. Relações de gênero nas brincadeiras de meninos e meninas na educação infantil. Pro-Posições. Campinas: **Unicamp**, v.14, n.3 (42) set/dez. 2003.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. (2022). Anuário 2022: As violências contra crianças e adolescentes no Brasil [PDF]. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/07/12-anuario-2022-as-violencias-contra-criancas-e-adolescentes-no-brasil.pdf> Acesso em 22 de maio de 2023
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis, **Vozes**, 1977
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- HOOKS, Bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. 1ª ed. Rio de Janeiro: **Rosa dos Tempos**, 2018.
- KISHIMOTO, T. M. *Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação*. São Paulo: **Cortez**, 2001.

LOURO, G. L. Currículo, gênero e sexualidade. Lisboa: Porto editora, 2000.

OLIVEIRA, Zilma Rama de. Educação infantil: fundamentos e métodos. São Paulo: **Cortez**, 2008, pp. 57-102.

LOURO, G. L. Gênero, sexualidade e educação. Petrópolis: **Vozes**, 1997.

LAJOLO, Marisa; e ZILBERMAN, Regina. Literatura infantil brasileira: história & histórias. 6. ed. São Paulo: **Ática**. 2007.

LEÃO, A. M. C. A percepção dos (as) professores (as) e coordenadores (as) dos cursos de Pedagogia da Unesp quanto à inserção da sexualidade e da educação sexual no currículo: analisando os entraves e as possibilidades para sua abrangência. 2012. 259f. Relatório de Pós-Doutorado (Sexologia e Educação Sexual) - **Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara**, 2012.

LOURO, Guacira. Gênero e magistério: identidade, história e representação. In: CATTANI, Denise et al. (Org.). Docência, memória e gênero. Estudos sobre formação. São Paulo: **Escrituras**, 1997.

MINAYO, M. C. S. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 32. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2012.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI. Hucitec, São Paulo, 2000.

MORCHIDA, Tizuko Morchida Kishimoto e ONO, Andréia Tiemi. Brinquedo, gênero e educação na brincadeira. **Pro-Posições**, v. 19, n. 3 (57) - set./dez. 2008. Disponível em: artigo 20 brinquedo, gênero e educação na brinquedoteca.pdf. Acessado em: 31/10/2023.

OLIVA, A. D.; DIAS, G. P.; REIS, R. A. M. Plasticidade sináptica: natureza e cultura moldando o self. **Psicologia, Reflexão e Crítica**, v. 22, n. 1, p. 128-135, 2009. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722009000100017>.

OLIVEIRA, Ananda Nasai Machado; ZANETTE, Jaime Eduardo. As discussões sobre equidade de gênero na educação infantil: Uma revisão dos documentos educacionais. Saberes em foco. **Revista da SMED NH** v.6 n.1. p. 121. out. 2023. Disponível em: Vista do as discussões sobre equidade de gênero na educação infantil: (novohamburgo.rs.gov.br). Acessado em: 01 de novembro de 2023.

OLIVEIRA, F. R. de. (2015). A história do ensino da Literatura Infantil na formação de professores de São Paulo (1947-2003). 1. ed. São Paulo: **Cultura Acadêmica**. Acesso em 15 mar.2018, em http://objdigital.bn.br/acervo_digital/livros_eletronicos/unesp/bndigital0191.pdf.

OLIVEIRA, Noemi de et al. **Possibilidades para uma abordagem positiva, significativa antirracista e anti-sexista a partir da Literatura Infantil**. 2023.

ONO, Andréia Tiemi; MORCHIDA, Tizuko Kishimoto. Brinquedo, gênero e educação na brinquedoteca, v.19, n.3, p.209, 2008. **SciELO - Brasil** - Brinquedo, gênero e educação na brinquedoteca Brinquedo, gênero e educação na brinquedoteca.

PAULA, Júlia; Produção de novos saberes do curso de pedagogia da Unisuam: Discussões e práticas de ensino na contemporaneidade. In: RIBEIRO, Maria; ALVES, José. Desenvolvimento da Ciência. 2ª edição. São Paulo: **Editora ABC**, 2023. p. 45-58.

PLAN INTERNATIONAL BRASIL. **Por ser menina no Brasil** [resumo executivo] - Crescendo entre direitos e violências - Pesquisa com meninas de 6 a 14 anos nas cinco regiões do Brasil. 2014. Disponível em: [por_ser_menina_resumoexecutivo-2014-impressao.pdf](#) (plan.org.br) Acesso em: 19/08/2023.

QUEIROZ, Nana. **Os meninos são a cura do machismo**. Rio de Janeiro: Record, 2021.

SANTOS, E. **Educação não violenta**, São Paulo: Paz e Terra, 2019.

SEIXAS, Roberta et al. O sexismo e a educação infantil: aprendizagem, gênero e infância como uma construção histórica social/Sexism and child education: learning, gender and childhood as a social historical construction. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 3, p. 16182-16195, 2020.

SELLTIZ, C.; WHRIGHTSMAN, L. S.; COOK, S. W. Tradução de Maria Martha Hubner de Oliveira. Métodos de pesquisas nas relações sociais. São Paulo: EPU, 1987.

SERRANO, Gabriel Rodrigues. Formação de professores e professoras para as questões de gênero na educação infantil: uma análise bibliográfica (2000-2020). **Universidade Estadual Paulista (Unesp)**, 2023. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/243009>.

SILVA, Gisele Rosário Reis; MOREIRA, Priscylla Blusztajn; DA SILVA, Stella Alves Rocha. Sexismo na Primeira Infância. **Epitaya E-books**, v. 1, n. 5, p. 104-116, 2022.

SILVA, K. I. L. da. **Autoconceito de gênero em crianças da educação infantil**. 2014.

TEIXEIRA, E. As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa. 4. ed. Petrópolis/RJ: **Vozes**, 2007.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. Global Study on Homicide: Homicide Trends, Patterns and Criminal Justice Response, 2019. Microsoft Word - Booklet_5_forlayout_16July (unodc.org) Acesso em: 20/08/2023.

VIANNA, C; FINCO, D. Meninas e meninos na Educação Infantil: uma questão de gênero e poder. **Cadernos pagu**, p. 265-283, 2009.

VIEIRA, Ana Maria. Violência intrafamiliar: uma visão psicanalítica das possíveis consequências no desenvolvimento infantil. 2015. Faculdade de Psicologia do Centro Universitário de Brasília – **UniCEUB** como requisito final à conclusão do Curso de Psicologia, 2015, 65f, Monografia, Brasília, 2015.

Violência Doméstica: primeiros meses de 2023 têm o maior número de registros no Ceará em 6 anos. **DIÁRIO DO NORDESTE**. Disponível em: [Violência doméstica: primeiros meses de 2023 têm o maior número de registros no Ceará em 6 anos - Segurança - Diário do Nordeste](#) (verdesmares.com.br) Acesso em: 20/08/2023.

VYGOTSKY, Lev. S. **Aprendizagem e desenvolvimento na Idade Escolar**. In: Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. Vigostky, L. Luria, A. Leontiev, A.N. 11ª. Edição. São Paulo: Ícone, 2010, p. 103-116.

ANEXO I

PERGUNTAS REALIZADAS NO FORMULÁRIO:

1. Identifique sua faixa etária:

18 a 20 anos; 21 a 30 anos; 31 a 40 anos; 41 a 50 anos; mais de 50 anos;

2. Cidade e Estado onde reside;

3. Gênero;

4. Grau de escolaridade;

5. Em sua infância quais os brinquedos que costumava ganhar?;

6. Quais histórias infantis fizeram parte da sua infância?;

7. Você exerce atividades domésticas?;

8. Se você respondeu que sim, as vezes ou frequentemente no quesito anterior. Indique a partir de qual idade você aprendeu ou começou a exercer?;

9. Na sua infância quais fantasias você gostava?;

10. Se você possui filhos, indique quantos e o gênero;

11. Indique a faixa etária dos seus filhos;

12. Seus filhos possuem autonomia na escolha de roupas, cores, brinquedos e leituras? Caso deseje, justifique;

13. Quais tipos de brinquedos você costuma dar aos seus filhos? Se mais de um filho indique por gênero;

14. Na escola há/havia divisões de tarefas por gênero?;

15. Na escola, os brinquedos são separados por gênero?;

16. Nas escolas e trabalhos em equipe são divididos em grupos de meninas e meninos?;

17. A escola ensina o que se espera de comportamentos de meninas e meninos?;

ANEXO II

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA ENTREGA DA VERSÃO FINAL DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC II) DO CURSO DE DIREITO

Eu, ALYNE ANDRELYNA LIMA ROCHA CALOU , professor(a) titular do **Centro Universitário Dr. Leão Sampaio - UNILEÃO**, orientador(a) do Trabalho do aluno(a) SHELDA MARIA DE OLIVEIRA ALENCAR, do Curso de Direito, **AUTORIZO a ENTREGA** da versão final do Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) do aluno supracitado, para análise da Banca Avaliadora, uma vez que o mesmo foi por mim acompanhado e orientado, sob o título **UMA ANÁLISE ACERCA DO PAPEL DA EDUCAÇÃO INFANTIL COMO INSTRUMENTO INIBIDOR DAS PRÁTICAS DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO**.

Informo ainda que este não possui plágio, uma vez que o passei em um antiplágio.

Juazeiro do Norte, 26/11/2023




Assinatura do professor

ANEXO III

PARECER DE REVISÃO NORMATIVA

Eu, Aline Rodrigues Ferreira, graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Cariri, atesto que realizei a revisão normativa do trabalho intitulado “UMA ANÁLISE ACERCA DO PAPEL DA EDUCAÇÃO INFANTIL COMO INSTRUMENTO INIBIDOR DAS PRÁTICAS DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO”, de autoria de Shelda Maria de Oliveira Alencar, sob orientação do (a) Prof. (a) Alyne Andrellyna Lima Rocha Calou. Declaro que este TCC está em conformidade com as normas da ABNT e apto para ser submetido à avaliação da banca examinadora de Trabalho de Conclusão de Curso do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio/Unileão.

Juazeiro do Norte, 29/11/2023

Documento assinado digitalmente
 **ALINE RODRIGUES FERREIRA**
Data: 29/11/2023 13:57:55-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

ALINE RODRIGUES FERREIRA

ANEXO IV

PARECER DE REVISÃO ORTOGRÁFICA E GRAMATICAL

Eu, MARIA MÁRCIA BARBOSA DE OLIVEIRA, professor(a) com formação Pedagógica em Letras: Língua Portuguesa-Licenciatura, pela Instituição de Ensino Superior UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI (URCA), realizei a revisão ortográfica e gramatical do trabalho intitulado UMA ANÁLISE ACERCA DO PAPEL DA EDUCAÇÃO INFANTIL COMO INSTRUMENTO INIBIDOR DAS PRÁTICAS DE VIOLÊNCIAS DE GÊNERO, do (a) aluno (a) SHELBA MARIA DE OLIVEIRA ALENCAR e orientador (a) ALYNE ANDRELYNA LIMA ROCHA CALOU. Declaro este TCC apto à entrega e análise da banca avaliadora de Trabalho de Conclusão de Curso do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio/Unileão.

Juazeiro do Norte, 28/11/2023

Maria Márcia Barbosa de Oliveira
Assinatura do professor


ANEXO V

PARECER DE TRADUÇÃO DO RESUMO PARA LÍNGUA INGLESA

Eu, Wellington Pereira de Sousa titular da certificação de dois cursos em língua inglesa oferecido pelo Núcleo de Línguas da UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI no âmbito do Programa Idiomas sem Fronteiras, realizei a tradução do resumo do trabalho intitulado UMA ANÁLISE ACERCA DO PAPEL DA EDUCAÇÃO INFANTIL COMO INSTRUMENTO INIBIDOR DAS PRÁTICAS DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO, da aluna Shelda Maria de Oliveira Alencar sob orientação da Professora Esp. Alyne Andrelyna Lima Rocha Calou.

Declaro que o ABSTRACT inserido neste TCC está apto à entrega e análise da banca avaliadora de Trabalho de Conclusão de Curso do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio/Unileão.

Juazeiro do Norte, 30/11/2023

 Documento assinado digitalmente
WELLINGTON PEREIRA DE SOUSA
Data: 30/11/2023 18:52:56-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura